

# A teoria da redenção pelo calote

Mário Henrique Simonsen

Há quem diga que o pior das crises não são seus efeitos diretos. Mas os disparates que se inventam para remediar-ias. A proposta de renegociação da dívida externa brasileira, hoje em pauta na subintelectualidade econômica nacional, constitui precioso resorço empírico a essa tese\*.

Os teóricos da redenção pelo calote dividem-se em várias correntes. Há o grupo da coalização geopolítica que recomenda que os países do Terceiro Mundo se unam contra os banqueiros internacionais para forçá-los a aceitar o reescalonamento da dívida, a prazos longos e juros favorecidos. Há o grupo dos que acreditam em Papai Noel\* e que presumem que, pedida a concordata, os banqueiros internacionais se apressem em nos oferecer novos empréstimos. Há a corrente pseudo-aritmética que, conseguido o reescalonamento, os juros internos possam desatrelar-se dos externos. E há o grupo semântico que crê piamente que qualquer problema se solucione com o prefixo RE: "Reforma", "Revolução", "Renegociação" etc. Dois traços de união ligam as diversas correntes. Primeiro, a ignorância quanto ao funcionamento do sistema financeiro internacional; segundo, o desconhecimento dos mecanismos de exportação, importação e fechamento do balanço de pagamentos. Vamos aos fatos.

De início, é importante notar que, para qualquer grande devedor, é muito fácil renegociar a dívida externa e, para isso, não é necessário juntar os países do Terceiro Mundo, numa espécie de exército Brancaleno. Um país não pode ser penhorado, e a obrigação de um devedor brasileiro perante um banco estrangeiro é entregar, nos vencimentos, os cruzeiros correspondentes ao débito em moeda estrangeira. A conversão de cruzeiros em dólares não é responsabilidade do mutuário, mas do Banco Central.

Se este último se recusa à conversão, o máximo que o banco estrangeiro pode fazer é penhorar os dólares que o Banco Central mantém no exterior, isto é, as reservas do país. Mas, como o Banco Central só recusa a conversão quando suas reservas se esgotaram, nada resta de garantia ao financiador externo. Quando muito, no caso de empréstimos garantidos pelo Governo Federal, podem-se tomar os prédios das embaixadas e congêneres. Mas, como esses prédios pouco valem diante das quantias devidas e como a sua tomada judicial seria profundamente traumática, os banqueiros preferem dispensar essas minigarantias. E assim, das duas uma: ou aceitam o pagamento da dívida em cruzeiros, pesos, ou qualquer moeda equipolente, ou engolem o reescalonamento da dívida.

Como a primeira alternativa é absolutamente impalatável, resta a segunda. Isso mostra que renegociar a dívida é muito fácil para qualquer devedor internacional de porte, como a Argentina, o México ou o Brasil.

Resta a consequência. Passado o calote, não há voz no bloco subdesenvolvido que convença qualquer banqueiro a conceder novos empréstimos aos concordatários, e ai os crentes em Papai Noel podem perder suas esperanças. E nesse ponto é que surgem as grandes tragedias que, no Brasil de hoje, significariam, pelo menos cinco bilhões de dólares de racionamento de importações. Os investimentos externos cessariam, pois ninguém iria trazer moedas conversíveis para um país que se tenha tornado caloteiro confessado. Importações, só a vista, pois, ninguém dá crédito a quem não o merece. E ai a indústria começa a parar, porque faltam os 2% de componentes importados, sem os quais não se completa os 98% de partes nacionais. Em sua, a crise cambial gera a mais desastrada combinação de inflação com recessão, algo que nos deixaria com muitas saudades do segundo semestre de 1981. Desatrelar juros internos e externos ai nada adianta. Juros baixos estimulam as empresas desde que não haja racionamento de importações. Com esse racionamento, desmonta-se a produção e o dinheiro barato não serve para nada. A Polônia que o diga.

Em suma, renegociação da dívida não é remédio, mas solução de desespero. Por certo, o Brasil já experimentou vários exercícios de renegociação no passado, mas essas experiências de centenas de milhões de dólares não se podem extrapolar para as cifras de uma era de reciclagem. Isto sugere uma hipótese: além dos pseudo-intelectuais do mundo da lida, pode ser que a tese do reescalonamento esteja sendo divulgada pelos ativistas da desestabilização. Afinal, a melhor maneira de atemorizar os banqueiros internacionais é apresentar a inevitabilidade da insolvência nacional.

Este trabalho foi originalmente publicado pela revista "Simplesmente", em 1981.